

FICHA DE RATIFICAÇÃO DE DESPESAS POR INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA DE LICITAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO



- Dispensa nº 017/PMCSA-SME/2022.



- Inexigibilidade nº

- 1 – **ENQUADRAMENTO LEGAL** Inciso X do artigo 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores;
- 2 – **CONTRATADO:** Espólio de Paulo Lopes da Silva, representado pelo Inventariante, a Sr. Josué Oliveira Lopes da Silva inscrito no CPF: 104.096.514-86.
- 3 – **OBJETO RESUMIDO:** Locação do imóvel situado no Engenho Tapugi de Baixo S/N, Tapugi de Baixo, Cabo de Santo Agostinho -PE, destinado ao funcionamento do Anexo da Escola Municipal José Procópio.
- 4 – **VALOR CONTRATADO:** O valor é R\$ 500,00 (quinhentos reais), perfazendo o valor total de **RS 6.000,00 (seis mil reais)**.
- 5 – **MODALIDADE:** Dispensável.
- 6 – **CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA:** 12.361.113.4.179
- 7 – **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90-36

8 – RAZÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO (Artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666/93):

A solicitação dar-se-á em virtude do Município necessitar firmar contrato de Locação de imóvel, no endereço supramencionado, destinado ao funcionamento **Anexo da Escola Municipal José Procópio**, através da Dispensa nº 017/PMCSA-SME/2022, com prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura do Contrato. Com fito na documentação necessária apresentada tempestivamente para instrução do processo, e conforme o que preceitua o artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, o qual possibilita a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, mediante avaliação prévia. Diante deste diapasão, constata-se a possibilidade jurídica de contratação por Dispensa de processo licitatório.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO (Artigo 26, inciso III, da Lei nº 8.666/93):

O preço contratado é compatível com o valor de mercado, segundo Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica, da lavra do Perito Avaliador Responsável, o Sr. **Alécio Almeida Júnior**, regularmente inscrito no CREA sob o n.º 6591 - D, documento este como parte integrante do processo.

10 – PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA Nº 206/2022: em anexo

Cabo de Santo Agostinho/PE, 08/09/2022.


Anna Cecilia Filippone de Seixas Farias
Advogada OAB 55.831 - D

11 – RATIFICAÇÃO PELA ORDENADORA DE DESPESA / AUTORIDADE SUPERIOR:

Ratifica-se, de acordo com o artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c artigo 2º do Decreto Municipal nº 1.564 de 14 de junho de 2017, a presente despesa:

Cabo de Santo Agostinho/PE, 08/09/2022.


Heberte Lamarck Gomes da Silva
Secretário Municipal de Educação